

Maria Helena Ançã/DDTE-Universidade de Aveiro

**AO ENCONTRO DA SINTAXE: CONSCIÊNCIA METALINGUÍSTICA
EM ESTUDANTES CABO-VERDIANOS DO ENSINO SUPERIOR**

Resumo

Este texto pretende dar conta de uma reflexão em redor de algumas questões sintáticas, apresentadas a estudantes do ensino superior em Cabo Verde, a nível do reconhecimento de frases agramaticais e a nível da sua explicitação/verbalização.

A análise das produções mostra que estas actividades metalinguísticas (na acepção de Gombert, 1986, 1990) são conflituosas, levando-nos a concluir que o ensino não tem em conta a dimensão reflexiva sobre a L2, o português, nem parte do adquirido linguístico anterior em língua cabo-verdiana.

Résumé

Ce texte propose une réflexion sur quelques questions syntaxiques présentées à des étudiants du supérieur au Cap Vert, en ce qui concerne la reconnaissance de phrases agrammaticales et de leur explicitation/verbalisation.

L'analyse des productions (des étudiants) démontre que ces activités métalinguistiques (selon Gombert, 1986, 1990) sont mal comprises, ce qui nous permet de conclure que l'enseignement ne prend pas en compte la dimension réflexive de la langue seconde, le portugais, et ignore, en plus, l'acquis linguistique antérieur en langue capverdienne.

Breve contextualização das línguas em Cabo Verde

Em território cabo-verdiano as duas línguas a considerar são o português e o cabo-verdiano, um crioulo de base lexical portuguesa. A língua portuguesa (LP) é utilizada em situações formais, na administração, justiça, ensino e, em geral, na comunicação social. Em termos de aquisição será a segunda a ser adquirida e a segunda a ser falada, a seguir ao cabo-verdiano (LCV). Esta língua, materna e primeira língua, recobre as funções de comunicação quotidiana, de afectividade e de identidade nacional.

A LCV apresenta *grosso modo* duas variedades: a de Barlavento (Boavista, Sal, S. Vicente e Sto Antão) e a de Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava). Contudo, a diferenciação linguística em Cabo Verde não se deve apenas a critérios regionais. É necessário ter em conta igualmente o grau de contacto e de exposição à LP, os quais se processam de forma diferente na mesma ilha e nos vários grupos sociais, havendo um continuum de ‘variedades’ que se estendem desde as mais afastadas da LP e menos assimiladas, basilectais, às mais assimiladas, acrolectais.

Em Novembro de 1999, o Artigo 9º (“Línguas oficiais”) da Lei Constitucional nº1/V/99 vem precisar o papel das duas línguas:

1. É língua oficial o Português.
2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa;
3. Todos os cidadãos têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.

No momento, por consequência, apenas a LP é a língua das instituições, cabendo-lhe quase exclusivamente (1) a função de ensino e de aprendizagem. Como instrumento, é veículo de saberes escolares e de acesso às novas tecnologias; como objecto de análise, é (ainda) a primeira língua na qual se reflecte e a partir da qual se descobrem as línguas estrangeiras propriamente ditas (inglês, francês).

Competência metalinguística ou consciência sobre a língua

Sendo objectivo deste texto focalizar a consciência metalinguística de estudantes cabo-verdianos, importa, em primeiro lugar, tentar definir o que se entende por este conceito.

Para Gombert (1986, 1990), que utiliza o termo ‘competência metalinguística’, este conceito engloba uma dimensão linguística, mas também uma dimensão psicolinguística. Deste modo, são considerados os processos cognitivos de gestão consciente (de reflexão e de controlo deliberado) de objectos linguísticos (*langagiers*) assim como da sua utilização.

Este autor define, então, **metalinguagem** ou **actividades metalinguísticas**, como:

- actividades de reflexão sobre a linguagem e sobre a sua utilização;
- capacidades do sujeito para controlar e planificar os seus próprios processos de tratamento da linguagem em produção e em compreensão (Gombert, 1990:27).

Gombert tomando a língua como objecto, analisou o desenvolvimento da competência metalinguística na criança, nas diversas componentes: metafonológica, metassintáctica, metassemântica e metalexical, metapragmática, metatextual (2). Por oposição a estas actividades metalinguísticas, conscientes, haveria actividades ‘epilinguísticas’, na acepção de Culioli, de 1968, não conscientes e não controladas.

Dabène (1994) para se referir, sobretudo, ao comportamento do sujeito bilingue, prefere o termo **consciência metalinguística**. Para esta autora, este conceito pode reenviar a níveis de reflexão e de competência muito diferentes, incluindo a consciência metalinguística as consciências *langagière*, linguística e normativa.

A consciência *langagière* supõe que o sujeito seja capaz de considerar o universo da linguagem como existindo em si, distinto da realidade extra-linguística (este tipo de consciência não é exclusiva do bilingue). A consciência linguística possibilita a discriminação dos elementos linguísticos e o reconhecimento dos sistemas aos quais eles pertencem. A consciência normativa diz respeito às representações que o sujeito tem das formas correctas e aceitáveis numa língua, quer a nível do seu discurso, quer a nível do discurso dos outros (3) .

Nesta sequência, podemos verificar que, de facto, se trata do mesmo conceito apresentando, contudo, vertentes específicas, no caso de Gombert, uma vertente mais psicolinguística, no caso de Dabène, uma vertente sociolinguística.

Retomando Gombert, na componente que aqui importa salientar, a **metassintaxe**, este autor define-a como a possibilidade que o sujeito tem de gerir mentalmente e de forma consciente os aspectos sintácticos da linguagem e de controlar deliberadamente o uso das regras da gramática (1990:59).

O conhecimento consciente da sintaxe manifesta-se, então, em discursos metalinguísticos sobre a gramaticalidade e a agramaticalidade das frases. Trabalhos realizados neste âmbito, a partir de julgamentos metassintácticos mostram, no entanto, que as frases agramaticais são mais difíceis de detectar do que as gramaticais. Citando Bialystok (1979), que analisou *performances* de uma população de adultos em L2, Gombert regista as dificuldades por ordem crescente: julgar a gramaticalidade das frases incorrectas, julgar a gramaticalidade de frases correctas, localizar a parte da frase incorrecta, identificar a regra especificamente violada.

A competência metassintáctica englobará não só os julgamentos metassintácticos, mas também o controlo metassintáctico. Este é entendido como a possibilidade que o indivíduo tem de controlar deliberadamente a gramaticalidade das suas produções. Pode ser estudado através da observação das auto-correcções e hetero-correcções espontâneas ou provocadas.

Neste espaço, apenas nos debruçaremos sobre os julgamentos metalinguísticos de sujeitos cabo-verdianos em LP.

O estudo

O estudo desenrolou-se em Cabo Verde, numa Instituição de Formação de Professores, o Instituto Superior de Educação, da Praia. A população-alvo é composta por estudantes de cursos de Ciência de quatro turmas do 1º ano, de LP, dos anos lectivos de 1994/95 e 1995/95 (16 alunos por turma, exclusivamente cabo-verdianos, sem influência linguística anterior). No quadro de uma investigação mais lata (Ançã, 1999a), foi passado um questionário de LP a 64 estudantes, recobrando questões gramaticais diversas, cujas conclusões apontam, entre outros aspectos, para a sintaxe como a área mais problemática. Dentro da sintaxe, seleccionam-se agora, e na sequência de Ançã, 1999b, apenas as questões relacionadas com **frases agramaticais**.

As questões em causa diziam respeito a dois itens:

- a) reconhecimento de quatro frases gramaticais, solicitando a sua versão correcta;
- b) explicitação das regras infringidas em cada uma das frases.

A primeira questão obteve 47% de êxito global, a segunda 18,4%.

Para a realização do reconhecimento da agramaticalidade, a), foram apresentadas as seguintes frases:

- 1.*As reunidas colaboração estão condições para avançar com.
2. *Esta carta acolá é da Teresa.
- 3.*Os trabalhos deviam de estar prontos em Janeiro.
- 4.*Na semana passada ainda haviam saldos na cidade.

Como vemos, a primeira frase, com os seus elementos desordenados, não respeitava a estrutura sintáctica da LP, a segunda não fazia a concordância dos deícticos espaciais, demonstrativo e o advérbio de lugar, a terceira introduzia impropriamente a preposição *de* com o verbo *dever*, a última frase flexionava o verbo *haver* (impessoal) em pessoa.

Em termos percentuais, os resultados destas quatro frases, gramaticalmente reconstruídas pelos sujeitos, foram os seguintes:

1. 78,1
2. 26,5
3. 68,8
4. 14,5

Verificamos, então, que a reacção a este conjunto de frases se processou de forma desequilibrada, contendo a primeira uma larga margem de êxito em relação às restantes (dado este tópico,- a ordem das palavras em LP-, traçar um grau mínimo de dificuldade). No entanto, as respostas que não foram contabilizadas como correctas contemplavam outras frases agramaticais ou, simplesmente, respostas inexistentes. No caso da segunda frase, para resolver a deixis espacial, os alunos optaram por suprimir um dos elementos deícticos: “A carta acolá é da Teresa” ou “esta carta é da Teresa”.

Para as duas últimas frases surgiram três possibilidades de reescrita, julgadas gramaticais pelos alunos:

- i.a mudança da ordem de certos elementos (preferencialmente complementos circunstanciais);
- ii.a alteração do tempo do verbo modal (3ª frase);
- iii. a substituição do verbo (4º frase).

Assim, encontrámos as seguintes versões:

- i. “Em Janeiro deviam de estar prontos os trabalhos”, “os trabalhos de Janeiro deviam de estar prontos”; “ainda haviam saldos na cidade na semana passada”, “ainda haviam saldos na semana passada na cidade”;
- ii. “Os trabalhos devem de estar prontos em Janeiro”, “Os trabalhos deveriam estar 0 prontos em Janeiro”(com supressão da preposição) (4);
- iii. “Na semana passada os saldos ainda estavam na cidade”.

Relativamente à outra problemática, b), a que se prendia com a explicitação das regras infringidas em a), o êxito para as quatro frases foi o seguinte (5):

1. 47,3 %
2. 14 %
3. 12,5 %
4. 0%

(Ançã, 1999b)

Estes resultados traduziram determinados comentários metalinguísticos, por parte dos estudantes, que passamos a transcrever:

- para a frase 1 (estrutura sintáctica não conforme à LP):
“As palavras encontram-se desordenadas”, “ordenação das palavras”, “as palavras não estavam bem ordenadas”, “organização das ideias, palavras soltas”, “não frase”;
- para a frase 2 (não concordância dos deícticos espaciais):
“ Colocação conveniente do advérbio de lugar”, “concordância entre advérbio de lugar e pronome”, “concordância do advérbio de lugar”, “desconcordância entre pronome e complemento de lugar”, “*esta* perto do possuidor”;
- para a frase 3 (regência imprópria):
“O *de* foi mal empregue depois do verbo *dever*”, “excesso de palavras *de*, “*de* em redundância”;

- para a frase 4 (flexão do verbo):
“Está certa” (único comentário em 64 respostas).

Interpretando estes dados, e numa linha crescente de dificuldades, poderemos afirmar que a frase 1, com os seus elementos desordenados não constituiu um problema central, a não ser na sua explicitação. Em seguida, na frase 4, é de referir a grande permissividade à concordância do verbo *haver*, na acepção de *existir*. Permitindo o verbo *existir* a 3ª pessoa do plural, *haver*, por proximidade de sentido, aparece também flexionado. Na frase 3, o verbo *dever* rege a preposição *de*, à semelhança da perífrase modal *ter de + V INF*. A aproximação semântica, exprimindo ambos ‘obrigação’, abre a possibilidade de uma estrutura desviante com o verbo *dever* (dever *de + VINF). Finalmente, para a frase 2, com os elementos décticos discordantes, encontraremos uma justificação interlinguística, já que na LCV a distância se estrutura a dois níveis: o espaço próximo do eu: este/esse, aqui/aí, e o espaço mais afastado do eu: aquele, ali/acolá. Apresentando a LP uma deixis ternária, as dificuldades dos falantes são evidentes. Aliás, esta é a única dificuldade interlinguística, dado que nas restantes frases os problemas são de ordem intralinguística, isto é, dizem respeito à especificidade da própria LP, independentemente do público-aprendente (Ançã, 1999b).

Destes testemunhos se depreende que as actividades metalinguísticas não terão sido realizadas com sistematicidade nem continuidade nas aulas de LP, ao longo do percurso escolar destes estudantes. É notória a ausência de reflexão sobre a língua, o que vem impossibilitar a explicitação dos fenómenos linguísticos. Se por um lado, uma certa consciência está desenhada, o que se traduziu em percentagem por 47%, por outro, uma incapacidade forte de verbalização vem associada, com apenas 8,4%. Seria proveitosa ainda uma análise comparativa das duas línguas, materna e segunda, de forma a separar os dois sistemas, reforçando o conhecimento de ambos e assinalando as zonas de conflito entre elas (cf. frase 3, deixis espacial).

Conclusão

Este artigo situando-se entre competência e consciência metalinguística, reconhece em ambas o mesmo campo que se abre sobre a língua, a reflexão sobre ela e o controlo das produções efectivamente realizadas ou interiorizadas. Assim, a dimensão cognitiva estará sempre presente, ao lado da dimensão linguística. Este enquadramento abre também a possibilidade de um controlo sobre a própria aprendizagem da língua ou das línguas.

Nos dados analisados, constatámos que a identificação das regras violadas, assim como a localização do(s) elemento(s) afectado(s) consituíram um obstáculo, fenómenos, aliás, que vêm de encontro ao já citado por Gombert. Se a consciência da língua implica reflexão, que pode ser apreciada, sobretudo, através da sua verbalização, neste caso concreto, a verbalização aparece extremamente atenuada. É-nos clara a consciência normativa (cf. Dabène) nestas produções, “está certo”, “está errado”, mesmo podendo não coincidir com o que social e gramaticalmente seja considerado correcto. No entanto, a explicação e a explicitação das regras e do funcionamento da língua aparecem sempre debilitadas. Constatações que comprometem o ensino da gramática, seguramente não apelando à reflexão e à conceptualização.

Outro aspecto a não descurar tem a ver com a ligação mais estreita a desenvolver entre a língua materna cabo-verdiana e a LP, L2. Ensinar uma L2 implicará inevitavelmente considerar o adquirido linguístico e cultural, vivido anteriormente noutra língua e noutra cultura e que irá condicionar a aprendizagem da LP e de outras línguas a aprender.

Notas

- (1) São ainda escassas as situações de ensino da LCV.
- (2) O modelo de 1999 é mais abrangente do que o de 1986, que não contemplava, por exemplo, a componente metatextual.
- (3) Dabène acrescenta mais dois tipos de consciência que aqui não nos parecem relevantes. São elas: a etnolinguística e a sociolinguística. A primeira permite ao falante relacionar o seu repertório linguístico com a sua definição identitária, dado que a língua é considerada como elemento da sua identidade. A última coloca a língua no universo social, determinando, por isso, certas atitudes do sujeito face à sua língua.
- (4) O aluno suprimiu naturalmente a preposição para substituir o tempo (de Imperfeito com valor Condicional a Condicional formal), sem que se tivesse apercebido que a frase de partida era agramatical pela colocação da preposição *de*
- (5) Em Ançã, 1999b, este estudo abrangia também um grupo de 64 estudantes angolanos, de um Instituto de Formação de Professores, em Luanda. Os resultados foram, de um modo geral, inferiores ao grupo cabo-verdiano (à excepção da 3ª frase): 17,4% para a frase 1, 7,8% para a frase 2, 14% para a frase 3, 0% para a 4.

Referências Bibliográficas

- Ançã, Maria Helena (1999a). *Ensinar Português - entre Mares e Continentes*, Série-Línguas, 2, Aveiro: Universidade de Aveiro/Unidade de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores.
- Ançã, Maria Helena (1999b). “De Cabo Verde a Angola - dificuldades de estudantes em Língua Portuguesa”, *III Encontro da Associação de Professores de Português*, Póvoa do Varzim: Hotel Vermar.
- Dabène, Louise (1994). *Repères sociolinguistiques pour l'enseignement des langues*, Paris: Hachette.
- Gombert, Jean Emile (1986). «Le développement des activités métalinguistiques chez l'enfant», *Études de Linguistique Appliquée*, 62, 5-25.
- Gombert, Jean Emile (1990). *Le développement métalinguistique*, Paris: PUF.
- Suplemento do Boletim Oficial da República de Cabo Verde -23 de Novembro de 1999 (I série, nº43).*